

**A cidade como espaço de educação patrimonial:
O direito à história e à memória****The city as a space for heritage education:
The right to history and memory**

DOI:10.34117/bjdv6n3-299

Recebimento dos originais: 10/02/2020

Aceitação para publicação: 20/03/2020

José Heleno Ferreira

Licenciado em Filosofia (INESP), Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC), doutorando em Educação (PUC MG). Professor de História e Filosofia na Educação Básica (Rede Municipal de Ensino de Divinópolis) e na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade de Cláudio). Membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Divinópolis MG
zeheleno.ferreira@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os processos históricos relacionados às políticas para o patrimônio cultural no Brasil, discutindo, para isso, conceitos chave, tais como patrimônio cultural, patrimônio material, patrimônio imaterial, pertencimento, referências culturais e educação. Busca-se também afirmar a importância da educação patrimonial para a efetividade do direito à história e à memória. Afirma-se ainda, a partir do relato das experiências do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (Cemud – UEMG), a cidade como locus privilegiado para a educação para o patrimônio. Por fim, apresenta considerações sobre o acervo – físico e virtual – que vem se constituindo com o acúmulo de experiências com a educação patrimonial na cidade de Divinópolis MG, no âmbito do Cemud – UEMG, e as possibilidades de estudos e pesquisas a partir da análise destas experiências e disponibilização deste acervo à comunidade. Por fim, o texto convida leitores e leitoras a assumirem os desafios anteriormente citados.

Palavras-chave: educação patrimonial, direito à cidade, pertencimento, educação

ABSTRACT

This article aims to analyze the historical processes related to policies for cultural heritage in Brazil, discussing, for this, key concepts, such as cultural heritage, material heritage, immaterial heritage, belonging, cultural references and education. It also seeks to affirm the importance of heritage education for the effectiveness of the right to history and memory. Based on the experiences of the Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (Cemud - UEMG), it is also stated that the city is a privileged locus for education for heritage. Finally, it presents considerations about the collection - physical and virtual - that has been constituted by the accumulation of experiences with heritage education in the city of Divinópolis MG, within the scope of Cemud - UEMG, and the possibilities of studies and research based on the analysis experiences and making this collection available to the community. Finally, the text invites readers to take on the challenges mentioned above.

Keywords: heritage education, right to the city, belonging, education

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar os processos históricos relacionados à concepção de patrimônio e às políticas para o patrimônio cultural no Brasil, discutindo, para isso, conceitos chave,

tais como patrimônio cultural, patrimônio material, patrimônio imaterial, pertencimento, referências culturais e educação. Busca-se também afirmar a importância da educação patrimonial para a efetividade do direito à história e à memória.

Afirma-se, ainda, a partir de um breve relato das experiências do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (Cemud – UEMG), a cidade como lócus privilegiado para a educação para o patrimônio. Por fim, apresenta considerações sobre o acervo – físico e virtual – que vem se constituindo com o acúmulo de experiências com a educação patrimonial realizadas na cidade de Divinópolis MG, no âmbito do Cemud.

Ao discutir o acervo que o Centro de Memória vem constituindo sobre esta temática, o texto apresenta desafios e possibilidades de estudos e análise destas experiências e disponibilização deste acervo à comunidade, apontando, assim, possibilidades de pesquisas a serem realizadas por aqueles e aquelas que têm interesse na temática. Por fim, o texto convida leitores e leitoras a assumirem os desafios anteriormente citados.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PATRIMONIAIS

O senso comum considera como patrimônio tudo aquilo que se possui ou que se acumula durante a vida, seja em termos materiais ou imateriais. Nesse sentido, corriqueiramente ouve-se referência ao patrimônio acumulado por esta ou aquela pessoa, que será objeto de herança ou de partilha entre os seus descendentes. É comum também a referência ao patrimônio imaterial que é transmitido de uma geração a outra, tais como os valores éticos, a honestidade, a perseverança...

Embora não seja esta a concepção de patrimônio com a qual se trabalha neste artigo, é interessante retomar o senso comum para nele encontrar o princípio que nos orienta quanto à definição do que seja o patrimônio cultural – material ou imaterial, qual seja: resultado da produção humana. Afirma-se, pois: o patrimônio é a objetivação da produção histórica e social de toda a humanidade e, assim sendo, pertence a todos e todas, e precisa ser socializado, o que é o objetivo da educação patrimonial.

Da ideia de patrimônio como construção histórica e social da humanidade, tem-se também a afirmação de que a humanidade não é dada naturalmente, mas, sim, construída pelas relações que os indivíduos possuem com a produção humana (SAVIANI, 2000).

No entanto, o reconhecimento de algo como patrimônio não está isento das ideias e valores hegemônicos num determinado período histórico, num determinado grupo social. Temos, então, invariavelmente, o reconhecimento dos edifícios monumentais, das obras de arte consagradas, dos prédios e propriedades de grande luxo como patrimônio cultural de uma determinada cidade, ou mesmo da humanidade, em detrimento das construções, saberes e fazeres daqueles e daquelas que

não compõem os grupos sociais privilegiados econômica e socialmente. Em decorrência disso, temos uma concepção de patrimônio como algo estático, que precisa ser preservado à revelia dos interesses e das necessidades da grande maioria da população. E mais, uma concepção de patrimônio que ignora, que não reconhece como tal elementos que têm valor e representação material e ou simbólica para as camadas periféricas, assim como não reconhece as lutas, os saberes, as festas, as celebrações populares, enfim, tudo aquilo que é criado / construído pelas camadas populares e que não possui a chancela do poder instituído, seja ele em termos políticos, econômicos ou religiosos.

Assim, confere-se visibilidade, através do reconhecimento oficial, através das políticas de tombamento e da destinação de verbas para preservação, aos espaços, prédios, obras de arte consagradas e a toda uma gama de elementos que se referem aos feitos dos vultos históricos de uma determinada sociedade. Mas o ser humano comum, aquele que está na periferia da História Oficial, não está representado nos bens arrolados como acervo patrimonial de uma determinada localidade. Embora seja possível detectar movimentos que buscam alterar esta lógica, há que se reconhecer que a mesma ainda impera entre os diversos órgãos ligados à defesa do patrimônio histórico e cultural no âmbito dos municípios, estados e da União.

Completamente alijada das discussões acerca das políticas que definem, reconhecem e valorizam o patrimônio de uma determinada localidade, a população responde com o desprezo e o não-reconhecimento desses bens patrimoniais.

Ainda neste sentido, é mister avaliar a dissociação entre um determinado patrimônio e o processo sócio-histórico de sua construção. Um caso emblemático neste sentido seria a história da cidade de Ouro Preto, monumental Patrimônio Histórico da Humanidade, assim reconhecido pela Unesco, em 1980. Quem construiu Ouro Preto? Onde os nomes e os saberes, as dores e as festas daqueles e daquelas que a construíram?

Evidentemente, não estamos defendendo, aqui, que não seja reconhecido o valor dos monumentos históricos que compõem a cidade, bem como sua importância para a história mundial. Trata-se de perguntar se a história da cidade, ao ser apresentada, seja aos turistas, seja à população que ali vive, contempla os processos vividos pelos homens e mulheres que de fato a construíram, se as relações sociais e econômicas que embasaram a construção daquela cidade são discutidas. Se as alternativas criadas por aqueles e aquelas que buscavam fugir da opressão e do domínio são consideradas... Ou se, ao contrário, busca-se apresentar e reverenciar a construção humana dissociando-a exatamente do elemento humano. E, para além disso, trata-se de perguntar quais as consequências, para os turistas e para os moradores daquela localidade, em termos de consciência crítica, de construção da ideia de pertencimento e de reconhecimento e respeito ao patrimônio, que traz a forma como a cidade e sua história são apresentadas.

Essa situação não se restringe à cidade de Ouro Preto, aqui tomada como exemplo. O questionamento que se faz pode ser aplicado à história de qualquer outra cidade e é uma problematização fundamental a ser feita se se quer discutir o tema educação patrimonial. Não há como exigir o reconhecimento, o respeito aos bens patrimoniais reconhecidos oficialmente como tal se os homens e mulheres não se sentem representados no conjunto desses bens. Não é possível dissociar o patrimônio histórico e cultural dos processos sócio-históricos de construção do mesmo e, posteriormente, exigir que aqueles e aquelas que não foram reconhecidos, reconheçam-no e respeitem-no.

Tal concepção vem sendo objeto de problematização pelas Ciências Humanas, entre elas, a História. De acordo com Barreto (2003), a partir do advento da Nova História, na França, no século XX, ampliaram-se as possibilidades de discutir patrimônio cultural e relações sociais. É também a partir desse movimento que se tem o alargamento do significado de patrimônio, abrangendo utensílios, usos e costumes, crenças, celebrações, linguagens, saberes e fazeres dos homens e mulheres que não compõem o panteão dos heróis laureados pela História Oficial.

Neste sentido, o documento da UNESCO que reconhece o patrimônio cultural imaterial é um marco histórico importante, quando afirma que

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração e geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua História, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 4)

Ao definir o conceito de patrimônio cultural imaterial, a UNESCO, bem como as resoluções do IPHAN, no caso brasileiro, e, acredita-se, também noutros países, incorporam ao conceito de patrimônio a ideia de que o mesmo é dinâmico e processual. Ainda que estes sejam adjetivos inerentes ao patrimônio imaterial, não há como negar que este movimento influenciará toda a concepção de patrimônio e alavancará as discussões acerca da educação patrimonial, além de contribuir para o reconhecimento de bens que, até então, não poderiam compor a relação oficial de patrimônio histórico de um povo.

Não se trata de afirmar que o reconhecimento patrimonial, por exemplo, do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, primeiro bem cultural inscrito no Livro de Registo dos Saberes, em 20 de dezembro de 2002, ou do Ofício das Baianas do Acarajé, tombado em agosto de

2005, seja a solução para os problemas econômicos e sociais enfrentados pelas camadas subalternas da população – as comunidades rurais, as periferias das grandes cidades, trabalhadores e trabalhadoras em geral – ou a garantia de que esses saberes estão protegidos e reconhecidos. Nem mesmo, afirmar que as lutas e os saberes populares conquistaram o devido respeito e reconhecimento por parte dos órgãos governamentais e da sociedade em geral. Mas trata-se de reconhecer os movimentos que vêm ocorrendo no campo das políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio. Afinal, exemplos de reconhecimento patrimonial como os aqui citados seriam impensáveis no Brasil antes dos anos 2000.

O reconhecimento da não-neutralidade dessas políticas fortalece a luta daqueles setores que defendem a democratização da ideia de patrimônio, bem como a ideia de que o patrimônio pertence a todos. Mais do que isso, corrobora com a ideia de que o patrimônio revela aquilo que é o ser humano na produção de sua existência, seja nas dimensões materiais, seja nas dimensões simbólicas. Enfim, corrobora com o princípio de compreensão do ser humano como ser que é o que produz, tal como afirmam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*:

Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1993, p. 19.)

Tem-se, pois, que o patrimônio cultural – material e imaterial – é obra da humanidade e a ela pertence. Nesse sentido, o alijamento de qualquer ser humano em relação ao patrimônio é um ato de desumanização: eis aqui um princípio básico que precisa nortear a educação patrimonial. O escritor moçambicano Mia Couto, no segundo volume de sua trilogia *As areias do imperador – Sombras da água* (2016), ao contar a história da guerra e das mulheres de Moçambique no final do século XIX apresenta-nos o dito africano que afirma que “Ninguém é uma pessoa se não for toda a humanidade” (p. 67). Apropriamo-nos aqui do dito africano para afirmar o direito ao patrimônio como direito fundamental do ser humano: direito à história e à memória. Para além do direito à sua própria história e à sua própria memória, também o direito à memória e à história de toda a humanidade, pois que cada ser humano, como nos lembram os griôs africanos, é toda a humanidade.

A construção de uma cultura do direito à memória e à história é tarefa complexa, a ser continuamente construída – e reconstruída. E, neste processo, a educação e a escolarização cumprem papel fundamental.

A educação é o processo de humanização, por excelência. É também o processo através do qual uma sociedade, uma comunidade assume o papel de apresentar às novas gerações as suas

conquistas, os seus saberes. Hannah Arendt (1978), ao discutir a crise de autoridade na modernidade e afirmar que esta é também a crise da educação, localiza a raiz do problema na perda da tradição. Segundo a autora, ao romper com a tradição a modernidade rompe com o compromisso de reconhecer as construções culturais – aqui compreendidas como civilização e todo o arcabouço moral construído por uma sociedade – e dar continuidade a esta história, o que não significa repeti-la, mas, sim, reconhecer que há um ponto de partida, que há experiências vividas, que há saberes consolidados.

A análise apresentada pela filósofa alemã aponta-nos para a crítica ao presenteísmo e a negação do passado. Numa sociedade em que a tradição é negada, nega-se também o direito das velhas gerações de apresentar o mundo às novas gerações e, assim, nega-se a tarefa precípua da educação. Enfim, a perda da tradição é também a perda da autoridade.

Nesse sentido, é importante também lembrar o que nos diz Dermeval Saviani (2007), em *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Ao buscar os fundamentos ontológicos do ser humano, o autor encontra-os exatamente no trabalho e na educação, processos indissociáveis através dos quais o humano se fez humano.

Evoca-se aqui o educador brasileiro e a filósofa alemã para reafirmar o direito à história, construção humana, a todos os seres humanos. Assim,

Ao realizar uma ação educativa no patrimônio, o que se faz é planejar metodologias e conteúdos para fazer com que aquele que não conhece o patrimônio (...) se aproprie destas formas humanas de expressão.

Uma pauta importante dessa discussão é a necessidade de democratização do patrimônio, uma vez que este é entendido como as formas humanas de expressão da vida social no tempo e no espaço. (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1064).

Mas a mesma discussão que se faz quanto à não-neutralidade das políticas de preservação e reconhecimento dos bens patrimoniais precisa ser feita também em relação à educação que, como toda e qualquer ação humana, está impregnada dos valores e das ideias que, num determinado momento histórico, possuem hegemonia política, cultural e econômica. As novas correntes historiográficas, superando os princípios positivistas e a valorização da História Oficial como *toda a história*, têm sido pródigas ao reconhecerem a diversidade de interpretações que orientam os estudos históricos, bem como o comprometimento político que embasa as ações dos historiadores e os estudos acadêmicos neste – como também nos demais – campo do saber.

Quanto ao ensino de História, no Brasil, o trabalho de Selva Guimarães (2012) acerca da influência econômica e política em momentos diversos da história do ensino de história aponta com clareza a correlação que aqui buscamos estabelecer entre a educação patrimonial, as políticas

patrimoniais e os currículos escolares. Diz a autora que a história que se ensina, que se valoriza é basicamente a história política institucional.

Os grandes fatos que marcaram a vida da sociedade são consumidos e consagrados como a história. Entretanto, estas representações transmitidas simplificada e trazem consigo a marca da exclusão. O processo de excluir inicia-se no social, em que alguns casos são escolhidos e outros não, de acordo com os critérios políticos (GUIMARÃES, 2012, p. 147)

Entre os desafios do fazer educativo, nas instituições escolares, nos museus, arquivos e demais organizações que trabalham com a memória e com a história está o desafio de apresentar a história como produção humana e afirmar o direito de todos e todas a esta história que se construiu e se constrói cotidianamente. Assumir este desafio, significa assumir a luta contra os processos excludentes que marcaram – ainda marcam? – as políticas relacionadas ao patrimônio histórico. Significa, ainda, reconhecer que as comunidades, os coletivos organizados, os grupos sociais diversos têm direito ao acesso aos bens patrimoniais da cidade em que vivem e, para além disso, precisam ser ouvidos no que diz respeito à definição dos bens patrimoniais – materiais e imateriais – que representam suas histórias e seus modos de vida. Nesse sentido, a educação patrimonial tem um importante papel a cumprir e, acredita-se, apresenta uma grande contribuição para a prática de ensino de História na educação básica.

O debate acerca da educação patrimonial perpassa, necessariamente, pela discussão dos conceitos de território e territorialidade. Para que os cidadãos e cidadãs possam se comprometer com a cidade em que vivem, precisam conhecê-la, precisam exercer o direito a este território. Neste trabalho, toma-se como definição de territorialidade o conceito apresentado por Sposito (2009, p. 11): “qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano”.

No entanto, as relações com o território e a territorialidade estão marcadas pelas relações de poder e dominação. Esta é, sem dúvida, uma das principais marcas da história deste país: o direito à posse, o direito ao território foi negado aos grupos dominados (indígenas, africanos e afro-brasileiros e os homens e mulheres pobres em geral) e garantiu a riqueza e a dominação dos grupos que o detinham. A oposição senhor x escravo, coronel x lavrador está entranhada na consciência da nação brasileira e se repete noutras oposições ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Ainda hoje, têm direito à cidade aqueles que têm a posse do território – mesmo que esta posse, na contemporaneidade, se expresse através do controle dos meios de comunicação, do controle sobre as esferas de governo e outros meios.

Para discutir especificamente a questão da territorialidade, busca-se a distinção que Lefebvre (1986) nos apresenta, distinguindo apropriação e dominação.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica apropriação e não propriedade. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo e ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e completo. (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412)

Enquanto espaço-tempo vivido, o território é múltiplo, é diverso e complexo. A lógica capitalista hegemônica, no entanto, busca tornar o território unifuncional, dominando-o e impedindo a apropriação do mesmo por parte dos grupos populares.

O que se busca afirmar, neste trabalho, é justamente a potencialidade da educação patrimonial no sentido de romper com esta lógica excludente, quebrando a unifuncionalidade do território e promovendo a apropriação do espaço – construindo, assim, a noção de pertencimento, de territorialidade – aos habitantes de um determinado local, no caso, a cidade.

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, O DIREITO À HISTÓRIA E À MEMÓRIA

O Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (CEMUD – UEMG Divinópolis) tem entre seus objetivos o trabalho com a história e a memória do centro-oeste mineiro. A educação patrimonial é uma das tarefas que o CEMUD vem assumindo nos últimos anos. Tarefa esta que vem sendo cumprida através da realização de oficinas de educação patrimonial com educandos(as) e educadores(as), através do EmRedes – Portal da Memória do Centro-Oeste Mineiro (www.emredes.org.br) que disponibiliza para o público os documentos que compõem o acervo do CEMUD, do diálogo que se busca estabelecer através das redes sociais, utilizando o acervo do EmRedes e das visitas guiadas ao patrimônio histórico-cultural e ambiental de Divinópolis. O Portal da Memória do Centro-Oeste Mineiro EmRedes foi construído a partir de um prêmio do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM concedido à equipe que o mantém e, desde 2015, tem potencializado os trabalhos com a educação museológica do CEMUD, bem como ampliado a interação com a sociedade civil.

Tais atividades, realizadas em conjunto com a educação básica, têm o objetivo de possibilitar, aos adolescentes, a construção do pertencimento à cidade e, aos(às) professores(as) a possibilidade de problematizar o currículo e o ensino de História, incorporando à prática docente a educação patrimonial e a história regional. As visitas guiadas com crianças e adolescentes por roteiros

previamente estabelecidos têm como princípio a apresentação da cidade – a história oficial, os apagamentos e silenciamentos da história e suas marcas nas ruas e prédios e rios. Tais atividades encantam meninos e meninas que moram na cidade, mas nem sempre a veem, que transitam por ruas e avenidas sem perceber os processos de modificação das estruturas edificadas que contam algumas histórias e silenciam outras tantas. Representam, ainda, para eles(as), a oportunidade de conhecer o centro urbano do município, suas estruturas de lazer, espaços dedicados às manifestações culturais, centros comerciais, enfim, espaços públicos, negados à grande parte do público. Problematizam a história dos bens materiais reconhecidos legalmente como patrimônio histórico-cultural e outros tantos que não têm esse reconhecimento e o não reconhecimento dos bens materiais das regiões em que vivem.

São infinitas as possibilidades de roteiros a serem trilhados em busca da história da cidade, uma vez que ela, a história, logicamente estará presente em todos os espaços em que estão ou estiveram presentes os seres humanos. Entre esses roteiros, destaca-se a visita ao centro antigo da cidade, começando pela Praça Dom Cristiano, seguindo para a Praça Candidés, Parque Ecológico Dr. Sebastião Gomes Guimarães, Usina Gravará e Praça do Mercado.

Cada um desses pontos aqui elencados trazem inúmeras possibilidades de se discutir a história da cidade e dos homens e mulheres que ali viveram e vivem. Para exemplificar estas possibilidades, apresenta-se aqui o ponto inicial e o ponto final do roteiro já citado: a Praça Dom Cristiano e a Praça do Mercado.

2.1 A PRAÇA DOM CRISTIANO

Na Praça Dom Cristiano, conhecida popularmente como Praça da Catedral, encontra-se a edificação mais antiga do município, o Sobrado do Largo da Catedral, que atualmente abriga o Museu Histórico de Divinópolis. Edificado em 1830, o sobrado teve decretada a sua destruição na década de 1980, uma vez que o governo municipal planejava abrir, naquele espaço, uma ampla avenida. Tal destruição foi impedida pelo movimento popular que o cercou após a derrubada de uma parte do mesmo, impedindo que o maquinário da Prefeitura Municipal consolidasse o trabalho iniciado. Em 15 de dezembro de 1988, foi tombado pela lei n. 2456.

O sobrado, com suas imensas vigas de madeira, seus alicerces de pedra sobre pedra, seus tijolos de adobe permitem a discussão acerca dos processos de construção na primeira metade do século XIX. Sabe-se que o prédio foi construído com o objetivo de abrigar a família do capitão Domingos Francisco Gontijo nas suas estadias no então Arraial do Divino Espírito Santo do Itapecerica. Quem o construiu? Quem transportou as vigas de madeira e as pedras? A ausência dos nomes daqueles que o construíram é uma rica oportunidade para discutir com crianças e adolescentes os silenciamentos que compõem a História Oficial.

Nos seus quase dois séculos de existência, o Sobrado do Largo da Catedral serviu a diversas finalidades: sala de cinema, posto de saúde, escolas, cúria paroquial, convento de frades, entre outras. Dessa forma, contar a história do sobrado é também contar uma parte importante da história do município. Para além disso, à esquerda do prédio, temos ruas estreitas e cheias de curvas e, à sua direita, avenidas largas e retilíneas. Observar as diferenças entre os traçados das ruas num e noutro ponto da cidade é um exercício interessante para que as crianças e adolescentes possam perceber que a cidade, bem como tudo aquilo que a cerca, é produto da construção humana e que esta construção, em cada tempo e lugar, está marcada pelas condições objetivas daquele momento histórico, além de condicionadas pelos interesses daqueles que as produziram ou fizeram com que fossem produzidas, como, infelizmente, acontece na maioria das vezes em nossa história.

2.2 A PRAÇA DO MERCADO

O Mercado Municipal, construído na década de 1950, ocupa quase toda a praça que leva o seu nome. Trata-se de uma construção que, em 1957, foi saudada pelo jornal *O Globo* como uma das mais arrojadas do país (tal informação pode ser verificada no acervo do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho). À frente do Mercado, encontra-se uma pequena capela, construída na década de 1980 (réplica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário que ali existiu), em cujo altar lê-se uma inscrição afirmando que naquele local, desde 1850, os reinadeiros se reuniam para celebrar sua fé e reverenciar Nossa Senhora do Rosário.

A história deste ponto da cidade chama atenção, na perspectiva da educação patrimonial, exatamente pela possibilidade de discussão acerca das transformações pelas quais passam os espaços urbanos, entre outros. Antes da década de 1950, o local era ocupado pelo cemitério municipal e pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A destruição da Igreja e do cemitério, com o traslado dos restos mortais que lá se encontravam para o novo cemitério da cidade, deu lugar ao moderno Mercado que, posteriormente, passou por períodos de completo abandono (entre o final da década 1990 e os primeiros anos do século XXI) e desde 2016 vem sendo revitalizado como espaço comercial e de oferta de entretenimento ligada a apresentações musicais, principalmente.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário não existe mais. Por que existiu, se tão próxima à Catedral do Divino Espírito Santo, localizada na praça já descrita neste texto? Por que foi destruída? Deveria esta Igreja ter sido preservada? Por que não houve um movimento popular impedindo sua destruição, a exemplo do que houve com o Sobrado da Praça da Catedral? O que significou para a população a destruição do cemitério? Não seria possível construir o mercado noutro local?

José Saramago (1990) já nos ensinou que temos respostas demais, o que demora é o tempo das perguntas. Exatamente elas, as perguntas, orientam e enriquecem a atividade de educação

patrimonial realizada em torno da Praça do Mercado, diante da presença monumental do mercado e da ausência, também monumental, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério.

Não temos respostas para as perguntas que nos fazemos. Muito menos para aquelas que são feitas pelas crianças e adolescentes. Mas temos indícios, temos relatos de homens e mulheres que presenciaram a destruição do cemitério, temos a memória daqueles que ouviram de seus pais e avós as histórias do reinadeiros¹. E temos a possibilidade de, através das perguntas, muitas delas sem respostas, discutir a história de uma perspectiva que ultrapasse a História Oficial, que englobe os seres humanos em seus fazeres e afazeres cotidianos, que considere o trabalho, o lazer, a celebração da fé, o culto aos mortos e todas as atividades culturais próprias dos seres humanos, por eles realizadas neste processo de se fazerem humanos.

Não é pretensão deste texto esgotar a discussão acerca do conceito patrimônio histórico, do patrimônio material e imaterial. O que se afirma aqui é o direito ao patrimônio como direito à memória e à história. Retomando o dito africano já citado – “Ninguém é uma pessoa se não for toda a humanidade” –, podemos dizer que as políticas de preservação e divulgação do patrimônio histórico precisam guiar-se pelo princípio da democratização e da socialização dos bens patrimoniais. Além disso, faz-se necessário que sejam criados canais, espaços, metodologias específicas que permitam aos grupos excluídos socialmente quanto ao que reconhecem como patrimônio nos espaços em que moram, trabalham, enfim, vivem.

Trabalhar com a educação patrimonial é trabalhar neste sentido, na perspectiva de que a cidade é de todos e todas, na perspectiva de que a cidadania e o compromisso com os espaços públicos exigem o direito à participação e ao conhecimento para que possam ser construídos. Diferentes vozes precisam ser ouvidas. Diferentes perguntas precisam ser feitas.

03 UM ACERVO PARA A PESQUISA ACERCA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Fruto dos trabalhos de educação patrimonial que vêm sendo realizados nos últimos anos, o CEMUD e o Portal EmRedes possuem, atualmente, grande quantidade de material que vem sendo continuamente catalogado e disponibilizado para o público. Trata-se, sem sombra de dúvida, de um rico acervo que nos desafia quanto à necessidade de um estudo sistemático. Os inventários pedagógicos, as fotos, os depoimentos de estudantes e professores(as) que participaram das oficinas e das visitas guiadas, as avaliações feitas pelas unidades escolares acerca das atividades realizadas compõem este acervo à disposição de estudiosos(as) e pesquisadores(as) que tenham como objeto a educação patrimonial.

¹ No Portal EmRedes é possível encontrar uma série de documentos relacionados à questão, tais como fotos da antiga Igreja de Nossa do Rosário e do momento da destruição do cemitério, fotos da construção do Mercado Municipal, transcrição de entrevistas feitas com cidadãos divinopolitanos que presenciaram a destruição do cemitério e outros.

São muitas as questões que se colocam como possibilidade de estudo. As atividades de educação patrimonial (oficinas e visitas guiadas) realizadas desde 2015 pelo Portal EmRedes têm contribuído com a formação de professores(as) e estudantes da educação básica? Os(as) professores(as) envolvidos nestas atividades modificaram suas concepções acerca do ensino de História e suas práticas pedagógicas? Os estudantes que participaram destas atividades modificaram a forma de perceber a cidade em que vivem e, conseqüentemente, a sua relação com a mesma? É possível afirmar que o trabalho desenvolvido desde 2015 pelo Portal EmRedes contribuiu com professores(as) e estudantes da Educação Básica no processo de construção da ideia de pertencimento à cidade e de apropriação do território em que vivem?

Obviamente, a realização desse estudo pressupõe, do ponto de vista metodológico, uma pesquisa bibliográfica, a análise documental e a realização de entrevistas com professores(as) e estudantes envolvidos com as atividades de educação patrimonial realizadas pelo Portal EmRedes entre 2015 e 2017.

No campo da pesquisa bibliográfica, faz-se necessário aprofundar os conceitos de patrimônio histórico, patrimônio material e imaterial, bem como problematizar os conceitos de território e territorialidade, como também aprofundar a discussão acerca da história do ensino de História e dos currículos de História. Para além disso, será necessário discutir os fundamentos da educação e dos processos de escolarização, buscando relacioná-los à questão da educação patrimonial e do direito à história e à memória.

Ouvir os(as) professores(as) e os estudantes da educação básica acerca dos processos de educação patrimonial do qual participaram também é essencial. Para isso, é importante a apropriação de uma teoria e metodologia da História Oral, que utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade. É a partir da oralidade que sujeitos anônimos, sem nenhum status político, econômico ou social, podem contar suas vivências e suas experiências. Segundo Paul Thompson, a História Oral “é uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas” (THOMPSON, 2006, p. 20).

Alberti também destaca a contribuição da História Oral e a especificidade dos documentos produzidos a partir desta abordagem metodológica:

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia

a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1990, p. 5).

Obviamente, para além do recolhimento dos testemunhos é de extrema importância que esses sejam analisados e problematizados (FERREIRA, 2012). O objeto de estudo é recriado por intermédio da memória dos informantes e não deve ser visto como algo dado e estático. E neste sentido é importante lembrar que a História Oral é um campo interdisciplinar: “Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica [...] antropológica e é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas” (THOMPSON, 2006, p. 20);

De fundamental importância será também ouvir os estudantes da educação básica acerca da avaliação das experiências de educação patrimonial. E nesta escuta, provavelmente, estará a questão central que se coloca quanto à pesquisa no campo da educação patrimonial: em que medida as atividades realizadas pelo CEMUD e pelo Portal EmRedes têm contribuído para que os adolescentes se sintam cidadãos, se reconheçam na cidade em que vivem?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, aqui, relatar e problematizar a experiência com a educação patrimonial que vem sendo realizada pelo Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (UEMG Divinópolis). Tais experiências têm como ponto de partida o pertencimento à cidade – que, não sendo natural, precisa ser construído.

O relato de tais experiências, bem como do acervo que as mesmas vêm produzindo apontam possibilidades e desafios. Entre as possibilidades, o envolvimento dos adolescentes e profissionais da educação básica com a temática da memória e com a história da cidade em que vivem. Entre os desafios, a necessidade de debruçar-se sobre este acervo que, sem sombra de dúvida, apresenta-se, atualmente, como fonte inesgotável de pesquisas.

Dessa forma, este texto encerra-se com um convite aos leitores e leitoras: que o desafio seja enfrentado!

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BARRETO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

COUTO, Mia. *Sombras das águas: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana*, livro 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERREIRA, M. M. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOGO, C. F., VAIFNAS, R. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2012, p. 165-190.

GUIMARÃES, Selva. *Caminhos da história ensinada*. 13 ed. Campinas, SP: Papirus, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabúla. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34. p. 152-180. jan./abr. 2007.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

THOMPSON, E.P. *A história vista de baixo*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, P. História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. *In: História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/imagens/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2017.